



ILUSTRÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DE
MACEIÓ/AL
(COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE
ENGENHARIA)

Referente à Concorrência no 007/2022
Processo Administrativo: 3200.87223/2022

CONSÓRCIO PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS 07 E 08, devidamente qualificado nos autos do processo licitatório acima epigrafado, por sua líder e representante UCHOA CONSTRUÇÕES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.276.767/0001-12, com endereço na Avenida Dona Constança de Góes Monteiro, 167, Jatiúca, Maceió/AL, neste ato representada por seu representante legal ao final assinado vem, à presença de V. Senhoria, interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

em face da decisão da CPLOSE, com que se acolheu o entendimento da Diretoria de Obras e Implantação - SEMINFRA para, exercendo juízo de reconsideração, **inabilitar o CONSÓRCIO PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS 07 E 08**, o que faz na forma e para os fins que se a seguir se expõe, requerendo, desde já que seja atribuído efeito suspensivo, consequentemente suspendendo o curso do processo em espeque e todos os atos seguintes à aludida inabilitação.

**I - DO CABIMENTO E TEMPESTIVIDADE DO PRESENTE RECURSO
NULIDADE DOS ATOS SUBSEQUENTES**

Consoante se colhe dos autos do processo licitatório em referência, adotou-se como rito procedimental o regramento instituído pela Lei nº 8.666/93, que estabelece o cabimento de **recurso administrativo** na hipótese de **habilitação ou inabilitação do licitante**, prevendo, em casos que tais, **prazo de 05 (cinco) dias úteis** para a interposição. Veja-se:

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - **recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis** a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) habilitação ou **inabilitação do licitante**;

Assim também estabelece o Edital da Concorrência Pública 07/2022:

17.4 Por atos praticados pela CPLOSE e/ou decorrente da aplicação da Lei 8.666/93, caberá Recurso Administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da Ata, conforme art. 109, I da Lei nº 8.666/93, nos casos de:

- a) Habilitação ou Inabilitação do licitante;
- b) Julgamento das Propostas;
- c) Anulação ou revogação da Licitação;
- d) Indeferimento do pedido de inscrição no Registro Cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- e) Rescisão do contrato;
- f) Aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.

17.5 Os recursos interpostos, previstos nas alíneas "a" e "b" do item anterior, terão efeito suspensivo, podendo a Autoridade Hierarquicamente Superior da SEMINFRA, motivadamente e presentes as razões de interesse público, atribuir ao Recurso interposto eficácia suspensiva nos demais casos.

Com efeito, considerando que foi proferida decisão em **23/12/2022 (sexta-feira)** por esta CPLOSE para, exercendo juízo de reconsideração a que alude o art. 109, § 4º, da Lei nº 8.666/93, **inabilitar** o CONSÓRCIO PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS 07 E 08, tem-se como **prazo fatal de 05 (cinco) dias úteis** para a interposição do presente recurso o dia **30/12/2022 (sexta-feira)**, sendo, portanto, tempestivo.

Demais disso, reputa-se por pertinente o registro de que esta CPLOSE, embora ciente do prazo recursal garantido aos licitantes após ter proferido decisão de inabilitação nos autos, entendeu por dar prosseguimento ao procedimento licitatório, tendo realizado sessão de abertura de preços em **27/12/2022 (terça-feira)**, isto é, apenas **02 (dois) dias úteis após ter inabilitado o CONSÓRCIO recorrente**.

Aludida questão evidencia **vícios procedimentais insuperáveis** ao presente certame, uma vez que **não foi respeitado o rito da legislação de regência e do Edital**, acarretando, ao fim e ao cabo, **nulidade absoluta à Concorrência Pública 07/2022 - SEMINFRA**.

A esse respeito, aliás, nada obstante o inequívoco cabimento do recurso administrativo que ora se submete à Vossa Senhoria, é de ressaltar que a própria Administração Pública, ciente da irregularidade dos seus atos -- *neste caso, por dar prosseguimento ao certame sem respeitar o prazo recursal previsto na legislação regente* --, poderá revê-los para, efetivamente, determinar a sua anulação.

É o entendimento que pode ser extraído das Súmulas 346 do Superior Tribunal de Justiça e 473 do Supremo Tribunal Federal:

Súmula 346 STJ - **A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.**

Súmula 473 STF - **A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais**, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Desse modo, dúvidas não restam de que o presente recurso administrativo deve ser **conhecido**, por atender os requisitos de **cabimento** (em face de decisão de inabilitação) e de **tempestividade** (dentro do prazo de 05 dias úteis), para, no **mérito**, ser **integralmente provido**, uma vez que, conforme se verá adiante, a Concorrência Pública 07/2022 se encontra revestida de ilegalidades procedimentais, perpetradas pela CPLOSE após violar os direitos da licitante com a decisão ora impugnada, bem como com os **atos nulos subsequentes**.

II - SÍNTESE FÁTICA DO NECESSÁRIO

Como se sabe, esta CPLOSE entendeu, inicialmente, por **habilitar** o CONSÓRCIO PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS 07 E 08, oportunidade em que manejado recurso pelos demais licitantes, com o objetivo de que fosse revisto o entendimento sufragado nos autos, isso sob o fundamento de que este CONSÓRCIO não atenderia requisitos de capacidade técnica, especificamente no que diz respeito à serviços de execução de brita graduada simples tratada com cimento (BGTC).

Opostas as razões recursais e as contrarrazões ao mencionado recurso administrativo, os autos evoluíram à Diretoria de Obras e Implantação - SEMINFRA para manifestação. Na oportunidade, para a surpresa e irresignação do CONSÓRCIO PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS 07 E 08, sobreveio manifestação no sentido de que haveria “*um equívoco ao habilitar as empresas*”, já que não atenderiam requisitos de ordem técnica, na linha do que manifestado pelas demais licitantes.

Diante da manifestação da Diretoria de Obras e Implantação, a CPLOSE, em **decisão proferida em 23/12/2022**, entendeu por exercer juízo de reconsideração, previsto no art. 109, § 4º, da Lei nº 8.666/93, para **inabilitar** o CONSÓRCIO ora recorrente, isso sob o fundamento de que por se tratar de elementos técnicos, apenas lhe caberia acolher o “*novo*” posicionamento do setor competente, conforme já declinado nos autos.

Pois bem.

Proferida a decisão ora impugnada, foi disponibilizado no Diário Oficial do Município de **23/12/2022 (sexta-feira)** o “**RESULTADO DE HABILITAÇÃO**”, oportunidade em que o CONSÓRCIO PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS 07 E 08 tomou conhecimento de que teria sido **inabilitado** do Lote 2 do certame licitatório.

Na mesma oportunidade, a CPLOSE **designou sessão para a abertura de envelopes de preços para o dia 27/12/2022 (terça-feira)**, apenas **02 (dois) dias úteis após proferida decisão de inabilitação** nos autos, em patente violação aos prazos previstos na Lei nº 8.666/93 e no Edital da Concorrência Pública de que ora se cuida, mormente por não garantir o exíguo prazo de 05 (cinco) dias úteis para a interposição do presente recurso.

Com efeito, diante da sessão realizada em momento inoportuno e de forma descabida, a CPLOSE acabou por macular todo o procedimento licitatório, afinal, embora ciente de que deveria garantir prazo recursal ao licitante inabilitado, optou por efetivar a abertura de envelopes contendo os valores das propostas, ato que, por óbvio, não poderá ser revisto ou refeito, pois violaria, gravemente, a natureza do certame de que ora se cuida.

Diante de tais circunstâncias, e considerando que é **tempestivo** o presente expediente recursal, não restam dúvidas de que a decisão proferida pela CPLOSE deve ser revista, por seus elementos técnicos, para, diante da **nulidade dos atos posteriores**, se determinar a **anulação da Concorrência Pública 07/2022**, haja vista a impossibilidade de correção dos vícios manifestados nos autos.

Sendo essas as considerações fáticas pertinentes ao caso, passa-se a demonstrar, inicialmente, o equívoco da CPLOSE ao acolher posicionamento da Diretoria de Obras e Implantação, haja vista a similaridade técnica entre os serviços, para, ao final, expor as razões que legitimam a **anulação da Concorrência Pública 07/2022**, uma vez que realizada sessão de abertura de envelopes com propostas ainda quando vigente prazo recursal para o CONSÓRCIO PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS 07 E 08, inabilitado por decisão proferida em juízo de reconsideração e, portanto, passível de recurso administrativo.

III - DA SIMILARIDADE TÉCNICA ENTRE OS SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE BRITA GRADUADA SIMPLES E BRITA GRADUADA SIMPLES TRATADA COM CIMENTO

O manual de pavimentação do DNIT determina que base de brita graduada faz parte de pavimento flexível. O parecer técnico emitido pela Diretoria de Obras e Implantação, destaca o seguinte: “*Destaca-se que a SEMINFRA não vê similaridade nos serviços de execução de brita graduada simples (BGS) e brita graduada simples tratada com cimento (BGTC). Em consulta ao Manual de Pavimentação do DNIT, as explicações demonstram diferença substancial no que se refere as questões tecnológica e operacional distintas dos serviços.*”

Não foi demonstrado em local algum no manual citado no parecer técnico onde existe essa informação e de qual substancial seria essa diferença, realizando a análise das informações não consegue se confirmar a informação descrita no parecer técnico emitido pela comissão.

Fonte: Manual de Pavimentação, DNIT, 2006.

Figura 26 - Classificação das bases e sub-bases flexíveis e semi-rígidas



Demonstra-se, ainda, a análise da composição entre os dois itens correlatos tecnicamente, pode ser observado que os itens em complexidade técnica de execução, contém exatamente os mesmos serviços, exceto a usinagem da brita tal qual uma é tratada com cimento e outra não que é basicamente um insumo a ser utilizado na composição.

96397/SINAPI - EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE BRITA GRADUADA SIMPLES <u>TRATADA COM CIMENTO</u> - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019		96396/SINAPI - EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE BRITA GRADUADA SIMPLES - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	
5684	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO DE UM CILINDRO AÇO LISO, POTÊNCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL MÁXIMO 8,1 T, IMPACTO DINÂMICO 16,15 / 9,5 T, LARGURA DE TRABALHO 1,68 M - CHP DIURNO. AF_06/2014	5684	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO DE UM CILINDRO AÇO LISO, POTÊNCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL MÁXIMO 8,1 T, IMPACTO DINÂMICO 16,15 / 9,5 T, LARGURA DE TRABALHO 1,68 M - CHP DIURNO. AF_06/2014
5685	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO DE UM CILINDRO AÇO LISO, POTÊNCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL MÁXIMO 8,1 T, IMPACTO DINÂMICO 16,15 / 9,5 T, LARGURA DE TRABALHO 1,68 M - CHI DIURNO. AF_06/2014	5685	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO DE UM CILINDRO AÇO LISO, POTÊNCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL MÁXIMO 8,1 T, IMPACTO DINÂMICO 16,15 / 9,5 T, LARGURA DE TRABALHO 1,68 M - CHI DIURNO. AF_06/2014
5901	CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA - CHP DIURNO. AF_06/2014	5901	CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA - CHP DIURNO. AF_06/2014
5903	CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA	5903	CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA

	TRANSPORTE DE ÁGUA - CHI DIURNO. AF_06/2014		TRANSPORTE DE ÁGUA - CHI DIURNO. AF_06/2014
5932	MOTONIVELADORA POTÊNCIA BÁSICA LÍQUIDA (PRIMEIRA MARCHA) 125 HP, PESO BRUTO 13032 KG, LARGURA DA LÂMINA DE 3,7 M - CHP DIURNO. AF_06/2014	5932	MOTONIVELADORA POTÊNCIA BÁSICA LÍQUIDA (PRIMEIRA MARCHA) 125 HP, PESO BRUTO 13032 KG, LARGURA DA LÂMINA DE 3,7 M - CHP DIURNO. AF_06/2014
5934	MOTONIVELADORA POTÊNCIA BÁSICA LÍQUIDA (PRIMEIRA MARCHA) 125 HP, PESO BRUTO 13032 KG, LARGURA DA LÂMINA DE 3,7 M - CHI DIURNO. AF_06/2014	5934	MOTONIVELADORA POTÊNCIA BÁSICA LÍQUIDA (PRIMEIRA MARCHA) 125 HP, PESO BRUTO 13032 KG, LARGURA DA LÂMINA DE 3,7 M - CHI DIURNO. AF_06/2014
88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES
96394	USINAGEM DE BRITA GRADUADA TRATADA COM CIMENTO. AF_03/2020	96393	USINAGEM DE BRITA GRADUADA SIMPLES. AF_03/2020
96463	ROLO COMPACTADOR DE PNEUS, ESTATICO, PRESSAO VARIÁVEL, POTENCIA 110 HP, PESO SEM/COM LASTRO 10,8/27 T, LARGURA DE ROLAGEM 2,30 M - CHP DIURNO. AF_06/2017	96464	ROLO COMPACTADOR DE PNEUS, ESTATICO, PRESSAO VARIÁVEL, POTENCIA 110 HP, PESO SEM/COM LASTRO
96464	ROLO COMPACTADOR DE PNEUS, ESTATICO, PRESSAO VARIÁVEL, POTENCIA 110 HP, PESO SEM/COM LASTRO 10,8/27 T, LARGURA DE ROLAGEM 2,30 M - CHI DIURNO. AF_06/2017	96464	ROLO COMPACTADOR DE PNEUS, ESTATICO, PRESSAO VARIÁVEL, POTENCIA 110 HP, PESO SEM/COM LASTRO 10,8/27 T, LARGURA DE ROLAGEM 2,30 M - CHI DIURNO. AF_06/2017

Como podemos demonstrar a diferença entre os dois serviços auxiliares demonstrados acima?

Passa-se a analisar as composições auxiliares dos itens 96394 e 96393 que são os únicos itens diferentes entre a análise pertinente que nos levou a inabilitação.

96394/SINAPI - USINAGEM DE BRITA GRADUADA TRATADA COM CIMENTO. AF_03/2020		96393/SINAPI - USINAGEM DE BRITA GRADUADA SIMPLES. AF_03/2020	
5940	PÁ CARREGADEIRA SOBRE RODAS, POTÊNCIA LÍQUIDA 128 HP, CAPACIDADE DA CAÇAMBA 1,7 A 2,8 M3, PESO OPERACIONAL 11632 KG - CHP DIURNO. AF_06/2014	5940	PÁ CARREGADEIRA SOBRE RODAS, POTÊNCIA LÍQUIDA 128 HP, CAPACIDADE DA CAÇAMBA 1,7 A 2,8 M3, PESO OPERACIONAL 11632 KG - CHP DIURNO. AF_06/2014
5942	PÁ CARREGADEIRA SOBRE RODAS, POTÊNCIA LÍQUIDA 128 HP, CAPACIDADE DA CAÇAMBA 1,7 A 2,8 M3, PESO OPERACIONAL 11632 KG - CHI DIURNO. AF_06/2014	5942	PÁ CARREGADEIRA SOBRE RODAS, POTÊNCIA LÍQUIDA 128 HP, CAPACIDADE DA CAÇAMBA 1,7 A 2,8 M3, PESO OPERACIONAL 11632 KG - CHI DIURNO. AF_06/2014
88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES
90776	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	90776	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES
93427	GRUPO GERADOR ESTACIONÁRIO, POTÊNCIA 150 KVA, MOTOR A DIESEL-CHP DIURNO. AF_03/2016	93427	GRUPO GERADOR ESTACIONÁRIO, POTÊNCIA 150 KVA, MOTOR A DIESEL-CHP DIURNO. AF_03/2016
95121	USINA MISTURADORA DE SOLOS, CAPACIDADE DE 200 A 500 TON/H,	95121	USINA MISTURADORA DE SOLOS, CAPACIDADE DE 200 A 500 TON/H,

	POTENCIA 75KW - CHP DIURNO. AF_07/2016		POTENCIA 75KW - CHP DIURNO. AF_07/2016
95122	USINA MISTURADORA DE SOLOS, CAPACIDADE DE 200 A 500 TON/H, POTENCIA 75KW - CHI DIURNO. AF_07/2016	95122	USINA MISTURADORA DE SOLOS, CAPACIDADE DE 200 A 500 TON/H, POTENCIA 75KW - CHI DIURNO. AF_07/2016
I/1379	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32		Não tem cimento
I/4718	PEDRA BRITADA N. 2 (19 A 38 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	I/4718	PEDRA BRITADA N. 2 (19 A 38 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE
I/4720	PEDRA BRITADA N. 0, OU PEDRISCO (4,8 A 9,5 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	I/4720	PEDRA BRITADA N. 0, OU PEDRISCO (4,8 A 9,5 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE
I/4721	PEDRA BRITADA N. 1 (9,5 a 19 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	I/4721	PEDRA BRITADA N. 1 (9,5 a 19 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE
I/4741	PO DE PEDRA (POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE)	I/4741	PO DE PEDRA (POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE)

Observando a composição, tem-se que apenas não tem a adição de cimento no serviço de usinagem.

Nesse cenário, o artigo 30 da lei 8.666/93, § 3º garante que deve ser admitida a comprovação de aptidão de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior. Ora, se o serviço possui os mesmos maquinários/equipamentos e mão de obra empenhada, o mesmo não pode ser considerado de complexidade tecnológica similar?

Consultando as especificações de serviços rodoviários, elaborados pelo Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná – DER/PR, temos os seguintes catálogos de especificação:

- DER/PR ES-P 16/18 - PAVIMENTAÇÃO: BRITA GRADUADA TRATADA COM CIMENTO

https://www.der.pr.gov.br/sites/der/arquivos_restritos/files/documento/2019-10/es-p16-bgtc2018.pdf

1 OBJETIVO

Estabelecer a sistemática a ser empregada na execução de bases ou sub-bases de brita graduada tratada com cimento, com o objetivo de construir pavimentos.

3 DEFINIÇÕES

3.1 Brita graduada tratada com cimento é a camada de base ou sub-base, composta por mistura em usina de produtos de britagem, cimento e água, adequadamente compactada e submetida a processo eficiente de cura.

4 CONDIÇÕES GERAIS

4.1 A brita graduada tratada com cimento pode ser empregada como base ou sub-base de pavimentos.

4.2 Não é permitida a execução dos serviços, objeto desta Especificação:

- a) sem o preparo prévio da superfície a receber a camada de brita graduada tratada com cimento, caracterizado por sua limpeza e reparação preliminar, se necessário;

DER/PR - ES-P 16/17

- b) sem a implantação prévia da sinalização da obra, conforme Normas de Segurança para Trabalhos em Rodovias do DER/PR;
- c) sem o devido licenciamento/autorização ambiental, conforme Manual de Instruções Ambientais para Obras Rodoviárias do DER/PR;
- d) em dias de chuva.

- DER/PR ES-P 05/18 - PAVIMENTAÇÃO: BRITA GRADUADA

https://www.der.pr.gov.br/sites/der/arquivos_restritos/files/documento/2019-10/es-p05-18brita graduada.pdf

1 OBJETIVO

Estabelecer a sistemática a ser empregada na produção e aplicação de bases ou sub-bases granulares, do tipo brita graduada, com o objetivo de construir ou conservar pavimentos.

3 DEFINIÇÃO

3.1 Brita graduada é a camada de base ou sub-base, composta por mistura em usina de produtos de britagem, apresentando granulometria contínua, cuja estabilização é obtida pela ação mecânica do equipamento de compactação.

4 CONDIÇÕES GERAIS

4.1 A brita graduada pode ser empregada como base ou sub-base de pavimento.

4.2 Não é permitida a execução dos serviços, objeto desta especificação:

- a) sem o preparo prévio da superfície a receber a camada de brita graduada (regularização do subleito ou sub-base), caracterizado por sua limpeza e reparação preliminar, se necessário;
- b) sem a implantação prévia da sinalização da obra, conforme Normas de Segurança para Trabalhos em Rodovias do DER/PR;
- c) sem o devido licenciamento/autorização ambiental conforme Manual de Instruções Ambientais para Obras Rodoviárias do DER/PR;
- d) em dias de chuva.

Vejam bem, o serviço tem as mesmas condições gerais a serem atendidas, o mesmo objetivo fim de uso, os mesmos maquinários/equipamentos, mão de obra aplicada, tendo apenas um insumo, realmente são serviços completamente distintos como informado no parecer? Obviamente que não.

Pelo que se constata de tais elementos técnicos informativos, o Parecer emitido pela Diretoria de Obras e Implantação - SEMINFRA, apesar de fazer referência à suposto entendimento do DNIT, não apresenta nenhum dado empírico de suas conclusões, asseverando-se de forma manifestamente subjetiva aquilo que, “*por equívoco*”, havia defendido em momento anterior.

Destaque-se: a própria Diretoria de Obras já havia manifestado a adequação entre os serviços, o que conduziu para a habilitação do CONSÓRCIO PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS 07 E 08. Qual o elemento técnico capaz de modificar o seu entendimento? Não há, nem poderia haver.

A bem da verdade, por tudo o que se ponderou é fácil perceber que a decisão proferida está eivada de ilegalidade, já que afronta dispositivo da Constituição Federal e da Lei de Licitações, ferindo a livre concorrência, vez que trata iguais, de maneira desigual, aplicando-se entendimento manifestamente infundado -- *já que não possui substrato técnico* -- para inabilitar o CONSÓRCIO recorrente.

Ora, é sabido e ressabido que a Administração Pública está adstrita ao Princípio da Legalidade, por expressa disposição Constitucional (artigo 37, caput). Sabe-se, também, que este princípio, em relação à Administração Pública, quer dizer que esta somente pode fazer aquilo que a lei expressamente lhe autoriza. Veja-se:

“A legalidade como princípio de administração (CF, art. 37, caput), significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso.” (Hely Lopes Meirelles, pgs. 82 e 83).

Não restam dúvidas acerca da **ilegalidade e invalidade** da decisão discutida, em nítido desrespeito às regras editalícias, à Lei nº 8.666/93 e aos princípios que norteiam a Administração Pública. Não se pode jamais ser considerado legal e admissível que interpretações sejam dadas em desacordo com o que prescreve a legislação, tampouco que o ente público haja de forma subjetiva, sem fundamentos técnicos que lastreiem os seus atos e posicionamentos.

Sem laivo de dúvidas, **ao exercer juízo de reconsideração, sem qualquer novo elemento técnico empírico, para inabilitar o CONSÓRCIO PAVIMENTAÇÃO E**

DRENAGEM DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS 07 E 08, designando -- sem prazo razoável e violando o direito recursal -- sessão para abertura dos preços, a CPLOSE revela vertente de ilegalidade ao presente procedimento licitatório, o que não é aceitável e, naturalmente, deverá acarretar a sua anulação.

Ao contrário do que se pode ponderar, não se trata de extremo rigor ou preciosismo, mas sim de elemento de segurança jurídica, transparecendo aos interessados os requisitos que deverão atender para disputar, em igualdade de condições, o objeto posto em licitação. Com a licença do coloquialismo, são “as regras do jogo”, que devem ser previamente conhecidas e cumpridas por todos os participantes, sob pena de eliminação.

A par de tais considerações, pode-se concluir que (i) ambos os serviços são similares, têm a mesma complexidade tecnológica e operacional, pois na sua execução utilizam os mesmos equipamentos e mão de obra, atendendo ao art. 30 da Lei nº 8.666/93; (ii) a decisão de inabilitação proferida pela CPLOSE não se encontra revestida de elementos técnicos suficientes, já que se apoia em fundamentos manifestamente infundados da Diretoria de Obras e Implantação, que apenas menciona divergências entre os serviços sem, contudo, fundamentar o seu entendimento; (iii) da decisão de inabilitação proferida em 23/12/2022 pela CPLOSE, exercendo juízo de reconsideração, à sessão realizada em 27/12/2022 não foi observado o prazo para a interposição do presente recurso, razão pela qual deve-se anular o procedimento por violação ao rito do Edital e da Lei nº 8.666/93.

IV - DOS PEDIDOS

Por todo o exposto, requer o **CONSÓRCIO PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS 07 E 08** que seja conhecido o presente recurso, seja o como recurso administrativo ou representação, ou até mesmo em decorrência da previsão principiológica sumulada pelo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA e SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no sentido de que a Administração Pública poderá rever os seus atos a qualquer tempo, sob pena de invalidação futura, para:

- (i) inicialmente, que seja recebido pelo Exmo. Sr. Secretário Municipal de Infraestrutura, atribuindo-se o competente efeito suspensivo, paralisando os demais atos do processo licitatório, a fim de reestabelecer a legalidade processual;
- (ii) que sejam prestadas as informações competentes, tanto pela CPLOSE, quanto pela Diretoria de Obras e Implantação, a respeito da inabilitação do CONSÓRCIO PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS 07 E 08;
- (iii) após, que sejam os autos remetidos à Procuradoria Geral do Município de Maceió, a fim de que sejam analisados os argumentos aqui apresentados, emitindo seu posicionamento jurídico quanto ao direito vindicado, para se garantir a legalidade do procedimento sob análise;
- (iv) com o retorno dos presentes autos da Procuradoria Geral do Município de Maceió, que seja o presente expediente conhecido e provido, pelo Exmo. Sr. Secretário Municipal, no sentido de acolher os fundamentos apontados no presente recurso, a fim de que (a) seja revista a decisão de inabilitação proferida pela CPLOSE, bem como, por consequência lógica de tal provimento, que (b) seja anulada a Concorrência Pública 07/2022 - SEMINFRA, uma vez que, independentemente do resultado de eventual recurso, a sessão de abertura de preços realizada em 27/12/2022

viola as regras editalícias, bem como da Lei nº 8.666/93, especialmente **por não ter garantido a instrumentalização de expedientes recursais em tempo oportuno, no prazo legal de 05 (cinco) dias úteis**, em afronta aos direitos do licitante e à isonomia que deve pautar o certame de que se cuida.

Pede deferimento.

Maceió/AL, 29 de dezembro de 2022.

**AMINTAS JORGE VIANA
MACHADO:40710076568**

Assinado de forma digital por AMINTAS
JORGE VIANA MACHADO:40710076568
Dados: 2022.12.29 11:33:37 -03'00'

**CONSÓRCIO PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DAS
REGIÕES ADMINISTRATIVAS 07 E 08.**